

RANKINGS UNIVERSITÁRIOS INTERNACIONAIS MEDEM QUALIDADE OU REPRODUZEM DESIGUALDADE? UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL A PARTIR DOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO

Do International University Rankings Actually Measure Quality or Reinforce Inequality? A Decolonial Perspective Rooted in Principles of Equality and Non-Discrimination

Catarina Pierdoná Wasilewski¹

Resumo: Este texto argumenta, sob uma perspectiva decolonial, que os rankings universitários globais, apesar de uma aparente objetividade, perpetuam desigualdades sistêmicas e violam princípios de igualdade e de não discriminação. Sob essa perspectiva, é evidente que a dependência em métricas quantificáveis, vieses geográficos e linguísticos, e a natureza autorrealizável dos rankings criam um ciclo vicioso que desfavorece instituições de países em desenvolvimento e aquelas com modelos menos intensivos em pesquisa. Por sua vez, o presente estudo explora as implicações jurídicas dessas classificações, analisando como suas metodologias criam iniquidades que contrariam os marcos legais nacionais e internacionais. Ao desafiar o status quo, o artigo propõe alternativas para uma avaliação mais equitativa e inclusiva da educação superior, enfatizando a necessidade de diversificação de métricas, avaliação contextualizada, transparência e o fortalecimento de sistemas nacionais de avaliação.

Palavras-chave: *Rankings* universitários. Perspectiva Decolonial. Princípios de Igualdade e de não Discriminação. Natureza Autorrealizável. Justiça Social na Educação.

Abstract: *This text argues, from a decolonial perspective, that global university rankings, despite an appearance of objectivity, perpetuate systemic inequalities and violate principles of equality and non-discrimination. From this viewpoint, it is evident that reliance on quantifiable metrics, geographic and linguistic biases, and the self-fulfilling nature of rankings create a vicious cycle that disadvantages institutions in developing countries and those with less research-intensive models. In turn, the present study explores the legal implications of these classifications, analyzing how their methodologies generate inequities that run counter to national and international legal frameworks. Challenging the status quo,*

¹ Autora. Graduada em Direito pela Universidade de Brasília. E-mail: catarinapierdonaw@gmail.com.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5253824623722089>

the article proposes alternatives for a more equitable and inclusive evaluation of higher education, emphasizing the need for metric diversification, contextualized assessment, transparency, and the strengthening of national evaluation systems.

Keywords: *University Rankings. Decolonial Perspective. Principles of Equality and Non-Discrimination. Self-fulfilling Nature. Social Justice in Education.*

SUMÁRIO: 1 Introdução — 2 Vieses metodológicos e desigualdades sistêmicas: uma profecia autorrealizável — 3 O contexto institucional brasileiro — 4 Repensando os *rankings*: rumos a um sistema decolonial — 5 Considerações finais — Referências.

1 INTRODUÇÃO

Contemporaneamente, em portais jurídicos especializados e na literatura acadêmica, observa-se um crescente debate sobre a metodologia e a imparcialidade dos sistemas de classificação globais, rankings universitários na gestão e no desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior (IES). No Brasil, a divulgação dos rankings, como o *Quacquarelli Symonds* (QS) e o *Times Higher Education* (THE), é amplamente difundida, impactando diretamente a percepção pública e as estratégias de gestão das universidades.

Sob essa perspectiva, o seguinte estudo analisa criticamente os rankings universitários globais, argumentando que, apesar de sua pretensa objetividade na mensuração da qualidade institucional, eles perpetuam desigualdades sistêmicas e violam princípios fundamentais de igualdade e de não discriminação. Dessa forma, a pesquisa se aprofunda nas implicações jurídicas desses rankings, examinando como seus vieses inerentes e as suas metodologias criam iniquidades que desfavorecem instituições e regiões específicas, potencialmente contrariando marcos legais internacionais e nacionais.

O objetivo é propor uma análise crítica, contribuindo para uma discussão mais aprofundada e contextualizada sobre os impactos dos rankings universitários no núcleo normativo da igualdade, contido no art. 5º, *caput*, CF/88, na Carta da ONU, e na Convenção Interamericana contra Todas as Formas de Discriminação e Intolerância. Para tanto, adota-se a perspectiva teórica do pensamento decolonial, a partir dos trabalhos de Boaventura de Sousa Santos, Pierre Bourdieu, Paulo Freire e Aníbal Quijano. Fundamentada no pensamento decolonial, a análise vai além de uma simples crítica das escolhas avaliativas, explorando os mecanismos intrincados pelos quais esses rankings perpetuam metodologias desiguais de

avaliação, revelando a forma como as estruturas de poder colonial persistem no sistema global de educação superior.

A metodologia adotada também inclui pesquisa em sites oficiais, análise de documentos legais nacionais (Constituição Federal de 1988) e internacionais (Carta da ONU, Convenção Interamericana contra Todas as Formas de Discriminação e Intolerância), e revisão bibliográfica nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico, priorizando estudos que abordam a questão da equidade, da metodologia dos rankings e seu impacto em diferentes contextos. Adota-se a seguinte pergunta de pesquisa: em que medida os sistemas de ranqueamento das IES permitem pensar o princípio internacional de igualdade e de não discriminação? Essa indagação principal se ramifica em outras questões derivadas: os rankings refletem a realidade da diversidade no ensino superior ou reforçam desigualdades preexistentes? Como as métricas utilizadas impactam instituições de diferentes contextos e recursos? E quais alternativas podem ser consideradas para superar as limitações desses rankings e promover uma avaliação mais justa e inclusiva da educação superior? Como será mostrado, verifica-se que o conceito de "igualdade" não se resume a uma mera definição conceitual, mas evolui ao longo do tempo e deve ser constantemente revisitado à luz de novas realidades sociais e jurídicas.

Além desta breve introdução, o texto está estruturado em mais 4 seções: a 1ª seção discute a construção teórica dos rankings internacionais, a 2ª seção contextualiza as peculiaridades da realidade brasileira que questionam a adoção das metodologias internacionais. Por conseguinte, a 3ª seção apresenta alternativas a partir da perspectiva decolonial. Ao final, conclui-se a necessidade de reformulações e desafios aos sistemas de avaliação atuais, de modo a promover maior equidade, diversidade e inclusão no âmbito do ensino superior. Dessa forma, espera-se contribuir para o debate acadêmico e político acerca de práticas que valorizem a pluralidade e a igualdade de oportunidades, alinhando-se aos princípios jurídicos internacionais e às demandas de uma educação superior mais justa e democrática.

2 VIESES METODOLÓGICOS E DESIGUALDADES SISTÊMICAS: UMA PROFECIA AUTORREALIZÁVEL

Os sistemas de classificação universitária, embora se apresentem como instrumentos objetivos de avaliação, baseiam-se predominantemente em métricas quantificáveis que

tendem a reproduzir e amplificar desigualdades preexistentes. Indicadores como a produção acadêmica — medida por publicações, citações e captação de financiamento —, a reputação institucional (frequentemente aferida por prêmios e índices de citação) e a razão aluno-professor compõem um arcabouço avaliativo que favorece, de forma implícita, determinados modelos institucionais e contextos geográficos. Em particular, instituições localizadas em países desenvolvidos dispõem de maior acesso a recursos financeiros, infraestrutura acadêmica (laboratórios, bibliotecas e tecnologias) e oportunidades de pesquisa, fatores que se refletem diretamente nos indicadores centrais utilizados pelos rankings.

Nesse contexto, os rankings universitários não operam como instrumentos neutros de mensuração da qualidade acadêmica, mas como dispositivos normativos que definem quais formas de produção de conhecimento são consideradas legítimas, relevantes e passíveis de reconhecimento internacional. Ao privilegiar indicadores alinhados a padrões específicos de excelência — como publicação em periódicos indexados, produção em língua inglesa e inserção em circuitos acadêmicos centrais —, esses sistemas acabam por consolidar hierarquias institucionais já existentes.

Essa leitura pode ser aprofundada a partir da perspectiva decolonial, especialmente com base na noção de colonialidade do poder e do saber desenvolvida por Aníbal Quijano. Para o autor, a produção e a validação do conhecimento no sistema-mundo moderno estão historicamente ancoradas em uma matriz de poder de caráter eurocêntrico, que estabelece hierarquias entre saberes, instituições e regiões geopolíticas (Quijano, 2014). Nesse sentido, os critérios de excelência mobilizados pelos rankings universitários não apenas refletem disputas internas ao campo científico, mas também reproduzem uma lógica mais ampla de dominação epistêmica, na qual determinadas formas de conhecimento — notadamente aquelas produzidas nos centros acadêmicos do Norte global e veiculadas em língua inglesa — são universalizadas como padrão. Sob essa ótica, os rankings universitários operam como instrumentos que atualizam a colonialidade do saber no ensino superior contemporâneo, contribuindo para a reprodução de desigualdades estruturais em escala global.

Dito de outra forma, os rankings universitários tendem a privilegiar desproporcionalmente determinados campos do conhecimento e regiões geográficas já consolidadas, contribuindo para uma distribuição assimétrica de recursos e de prestígio acadêmico (Jöns; Hoyler, 2013). Essa assimetria não se limita a uma desigualdade circunstancial de oportunidades, mas configura um viés sistêmico que dificulta o desenvolvimento e a consolidação do ensino superior em regiões menos favorecidas. Tais

regiões permanecem estruturalmente excluídas do acesso a mercados acadêmicos centrais, à formação de redes internacionais de pesquisa, à visibilidade institucional e à circulação da produção científica (Jöns; Hoyler, 2013).

Nessa lógica avaliativa, a noção de excelência acadêmica, reduzida a métricas facilmente quantificáveis, tende a minimizar o poder criador dos sujeitos e a incentivar uma dinâmica de competição exacerbada, em detrimento do diálogo e da construção coletiva do conhecimento — elementos centrais de uma concepção crítica de educação (Freire, 2005). Conforme argumenta Freire (2005), a valorização restrita da chamada “produção científica”, frequentemente mensurada pela publicação em periódicos de alto impacto, majoritariamente em língua inglesa, bem como a hierarquização de áreas do conhecimento, opera como forma de “invasão cultural”, ao impor perspectivas dominantes e deslegitimar outros modos de produção e transmissão do saber. Nesse contexto, a meritocracia mobilizada pelos rankings funciona como um mecanismo ideológico que obscurece as desigualdades sistêmicas, ao atribuir o sucesso ou o fracasso acadêmico exclusivamente ao desempenho individual, desconsiderando condicionamentos sociais e barreiras estruturais mais amplas (Leite et al., 2019).

As limitações inerentes às métricas utilizadas pelos rankings universitários aprofundam ainda mais as assimetrias previamente identificadas. De fato, diversos índices de classificação apresentam fragilidades metodológicas relevantes, tais como inconsistências nos critérios de mensuração, falta de transparência nos processos de ponderação e elevada dependência de indicadores reputacionais, os quais incorporam juízos subjetivos sob a aparência de neutralidade técnica (Fauzi et al., 2020). A partir dessa constatação, pode-se sustentar que a pretensa objetividade dos rankings é, em grande medida, construída, uma vez que escolhas metodológicas específicas orientam os resultados produzidos e influenciam a hierarquização institucional, reforçando padrões previamente estabelecidos.

A título de exemplo, o *Quacquarelli Symonds* (QS) classifica as universidades com base em seis indicadores principais, cada qual com pesos diferentes. Por conseguinte, a estrutura metodológica do ranking em questão combina indicadores baseados em dados institucionais fornecidos pelas próprias universidades com indicadores derivados de pesquisas globais de reputação. Mais especificamente, quatro indicadores apoiam-se em dados concretos reportados pelas instituições participantes, enquanto dois dependem de levantamentos reputacionais em escala internacional. Todavia, conforme apontam Fauzi et al. (2020, p. 83–84), essa configuração apresenta fragilidades relevantes. Em primeiro lugar, o

ranking demonstra elevada dependência de pesquisas de mercado, que correspondem a aproximadamente 50% da pontuação total, o que suscita questionamentos quanto à taxa de resposta, à representatividade da amostra e aos pesos atribuídos a esses indicadores.

Em segundo lugar, os autores destacam a alta volatilidade das pontuações finais, fortemente influenciada pelos resultados dessas pesquisas reputacionais. A partir dessa constatação, pode-se argumentar que tal volatilidade incentiva instituições de ensino superior a adotar estratégias de marketing e autopromoção com vistas a influenciar percepções externas, o que compromete a pretensa objetividade do ranking. Assim, uma parcela significativa dos resultados passa a refletir, sobretudo, a reputação acadêmica das instituições, em detrimento de uma avaliação substantiva de suas condições e práticas educacionais (Fauzi et al., 2020).

O *rankingTimes Higher Education* (THE), por sua vez, possui treze indicadores para avaliar o desempenho universitário, os quais abrangem ensino, pesquisa, citações, perspectiva internacional e renda da indústria (Fauzi et al., p. 84). Nesse índice, mais da metade dos dados (52,75%) foram normalizados, considerando o número de doutorados, renda institucional, renda de pesquisa, produtividade de pesquisa e colaboração internacional (Fauzi et al, p. 84).

Já o *Academic Ranking of World Universities* (ARWU), também conhecido como Ranking de Xangai, é o primeiro ranking universitário global, lançado em 2003 (Fauzi et al, p. 83). Esse, é responsável por avaliar universidades com base em quatro critérios principais (corpo docente e discente, produção de pesquisa e desempenho per capita), utilizando indicadores como prêmios Nobel e Fields recebidos por alunos e professores, publicações em revistas de alto impacto e citações. Ainda, destaca-se que, embora avalie mais de 1200 universidades, o ranking publica apenas as 500 melhores, e exclui as áreas de artes e humanidades. Assim, apesar de sua influência, o ARWU enfrenta críticas por suas ponderações arbitrárias e pela falta de transparência na coleta e especificação dos dados, especialmente quanto ao número de docentes (Fauzi et al, p. 86).

Não obstante as críticas recorrentes, parte expressiva da literatura sustenta que os rankings universitários desempenham funções relevantes na estruturação e regulação simbólica do ensino superior global. Sob essa perspectiva, tais instrumentos contribuem para a transparência e a comparabilidade internacional ao sistematizar indicadores padronizados de desempenho acadêmico e científico, permitindo a diferentes públicos — estudantes, gestores e formuladores de políticas — acessar informações comparáveis sobre instituições de distintos contextos nacionais. Além de operarem como mecanismos de accountability, os rankings

também funcionam como dispositivos de coordenação competitiva, induzindo instituições a adotarem estratégias orientadas por padrões internacionais de excelência e visibilidade (Selten; Neylon; Groth, 2019).

De fato, há uma relativa estabilidade nas posições institucionais, o que sugere que tais sistemas capturam, ainda que parcialmente, estruturas persistentes de prestígio e desempenho acadêmico em escala global. Nesse contexto, o uso de indicadores bibliométricos e métricas baseadas em redes de citação tem sido defendido como uma forma mais refinada de mensurar reputação acadêmica, ao considerar não apenas volume de produção, mas também a centralidade e a influência das instituições nos fluxos de conhecimento científico (Massucci; Docampo, 2018). Tais abordagens, ao incorporarem algoritmos como o PageRank, permitem captar dimensões relacionais do impacto científico, oferecendo uma proxy mais sofisticada do reconhecimento institucional. Assim, ainda que não isentos de limitações, os rankings podem ser compreendidos como instrumentos analíticos relevantes que favorecem a internacionalização, a visibilidade científica e o desenvolvimento estratégico das instituições de ensino superior.

Contudo, à luz da sociologia do campo científico de Pierre Bourdieu, a interpretação desses resultados como expressão direta de “qualidade” institucional deve ser problematizada. Isso porque o campo acadêmico se estrutura como um espaço relacional hierarquizado, no qual instituições disputam diferentes formas de capital — notadamente o capital científico e simbólico — em condições desiguais. Conforme o autor, "O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial." (Bourdieu, 1983, p. 122), o que implica reconhecer que os próprios critérios de excelência não são neutros, mas socialmente construídos. Nesse sentido, a estabilidade observada nos rankings pode ser interpretada não apenas como evidência de consistência metodológica, mas como expressão da reprodução dessas hierarquias no interior do campo científico. Dessa forma, os rankings operam como mecanismos de consagração simbólica, contribuindo para a legitimação e naturalização de desigualdades estruturais, razão pela qual sua pretensa objetividade deve ser analisada de forma crítica.

Esse foco estrito em dados facilmente quantificáveis — como a produção de pesquisa medida por publicações e citações — ofusca outros aspectos cruciais da educação superior, como: a qualidade do ensino, o apoio estudantil, o envolvimento comunitário e a contribuição para o desenvolvimento nacional. Dessa forma, esses elementos criam uma hierarquia

implícita que valoriza instituições voltadas para a pesquisa em detrimento daquelas voltadas para o ensino. Esse fato ignora, portanto, a diversidade de missões e valores na paisagem da educação superior global. Assim, nota-se que esse desenho avaliativo constitui uma forma de discriminação indireta, pois, conforme a o Art. 1 da Convenção Interamericana contra Todas as Formas de Intolerância, ele desfavorece desproporcionalmente as instituições cujo foco principal não é a produção de pesquisa medida por essas métricas específicas.

Ademais, conforme analisam Fauzi et al. (Fauzi et al., p. 80), a centralidade conferida aos rankings universitários globais em determinados contextos nacionais — especialmente em países do Leste Asiático, como Japão, Cingapura, Coreia do Sul, Taiwan e Hong Kong — tem produzido efeitos significativos sobre as políticas acadêmicas e institucionais. Os autores demonstram que a adoção acrítica desses rankings levou à priorização de áreas do conhecimento mais facilmente mensuráveis pelas métricas de classificação, notadamente as engenharias e as ciências exatas, em detrimento das ciências humanas. A partir dessa constatação, pode-se sustentar que tal orientação contribui para a marginalização das humanidades e para a distorção dos critérios de alocação de recursos, uma vez que decisões institucionais passam a ser guiadas por indicadores limitados, incapazes de captar a diversidade e a complexidade da produção acadêmica nessas áreas.

Além disso, a predominância do inglês como idioma principal de publicação em periódicos de alto impacto cria um viés linguístico significativo, e marginaliza contribuições e conhecimentos valiosos de regiões não anglofalantes. Esta exclusão sistemática, sob a ótica do pensamento decolonial, não é uma simples falha metodológica, mas reflete a persistência da colonialidade do saber, a imposição de um paradigma epistemológico eurocêntrico que subordina outras formas de conhecimento (Quijano, 2005). O sistema de classificação, portanto, não apenas reflete, mas também reproduz e reforça as desigualdades históricas, perpetuando a dominação epistêmica que caracteriza a colonialidade.

Sob essa ótica, a persistência de um modelo colonial de saber constitui uma forma de discriminação indireta, conforme definido no artigo 1º da Convenção Interamericana contra Todas as Formas de Discriminação e Intolerância, que proíbe medidas que, embora aparentemente neutras, têm o efeito de discriminar grupos específicos. A ponderação desproporcional de publicações em periódicos de alto impacto em inglês cria efetivamente uma barreira sistêmica ao reconhecimento e ao sucesso para instituições fora dessa estrutura linguística e cultural dominante. Essa ponderação desigual de publicações e fatores de impacto, portanto, prejudica significativamente o princípio da igualdade de oportunidades —

princípio esse que se encontra protegido no artigo 8º da Carta das Nações Unidas e no artigo 5º, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil.

À luz disso, observa-se que os rankings universitários exercem um papel que excede a função meramente avaliativa. Conforme demonstram Sauder e Lancaster (2006), esses mecanismos operam de maneira performativa, influenciando decisões institucionais e orientando a distribuição de recursos, ao produzir efeitos cumulativos semelhantes a uma “profecia autorrealizável”. Nessa dinâmica, universidades posicionadas nos níveis superiores das classificações tendem a concentrar vantagens competitivas, como maior acesso a financiamento, capacidade ampliada de atrair docentes altamente qualificados e maior seletividade discente, reforçando sua posição de centralidade no sistema acadêmico.

A partir dessa leitura, sustenta-se que tal lógica desencadeia um processo de retroalimentação das desigualdades estruturais, no qual disparidades previamente existentes são continuamente aprofundadas. Como consequência, o prestígio e os recursos passam a se acumular de forma desproporcional no topo da hierarquia classificatória, limitando as possibilidades de mobilidade institucional e agravando a assimetria entre universidades (Sauder; Lancaster, 2006).

Logo, a alocação discriminatória de recursos resultante das classificações pode ser contestada com base em leis nacionais e internacionais contra a discriminação. A distribuição desigual de financiamento, de oportunidades e prestígio com base em fatores não relacionados à qualidade educacional genuína também cria um sistema que beneficia desproporcionalmente certos grupos de instituições, o que viola o princípio da igualdade perante a lei, pedra angular da Carta das Nações Unidas (artigo 8º) e da Constituição da República Federativa do Brasil (artigo 5º, *caput*). Esse acesso desigual a recursos e oportunidades pode afetar o direito dos estudantes à educação e limitar as oportunidades para indivíduos de origens ou regiões desfavorecidas, constituindo uma violação de direitos humanos estabelecidos.

3 O CONTEXTO INSTITUCIONAL BRASILEIRO

O contexto brasileiro serve como um estudo de caso sobre a desvantagem sistêmica e os desafios legais. A experiência das universidades brasileiras no contexto dos rankings internacionais revela o impacto significativo geográfico e orçamentário (Scimago Institutions Rankings, 2019), e também evidencia a persistência de estruturas de poder coloniais na educação superior global.

Conforme argumenta Walsh (2013), a colonialidade não é um fenômeno do passado: ela se manifesta de forma contínua, adaptando-se e se reconfigurando para manter sua dominação. Os rankings, aparentemente objetivos, funcionam como um mecanismo que reforça essa colonialidade, privilegiando modelos que favorecem instituições de países desenvolvidos.

Ademais, conforme analisam Jöns e Hoyler (Walsh, 2013), a combinação entre limitações materiais e assimetrias estruturais no sistema acadêmico global afeta de maneira particularmente negativa as instituições de países como o Brasil. Os autores destacam que a escassez de recursos financeiros, associada a barreiras linguísticas e aos critérios de mensuração dos rankings em favor de modelos universitários intensivos em pesquisa, contribui para a desvantagem sistemática dessas instituições nos processos de avaliação internacional. A partir dessa análise, pode-se sustentar que a ênfase desproporcional na produção científica — medida sobretudo por indicadores quantitativos — tende a aprofundar tais desigualdades, ao privilegiar universidades com maior acesso a financiamento, infraestrutura e redes acadêmicas consolidadas. Essas desvantagens sistêmicas não são meramente observações acadêmicas, elas representam violações da garantia constitucional brasileira de igualdade e não discriminação.

Aliás, a ênfase no modelo de "Universidade de Classe Mundial", frequentemente associada a classificações altas, pode levar a adaptações institucionais que priorizam padrões internacionais em detrimento das necessidades nacionais (Scimago Institutions Rankings, 2018). Nesse sentido, a busca pela excelência, conforme definida por métricas quantitativas, muitas vezes ignora as realidades locais e as necessidades específicas das instituições brasileiras.

Nesse contexto, a internalização acrítica dos parâmetros associados às classificações internacionais tende a reorientar as missões institucionais das universidades, deslocando seu foco de compromissos sociais, regionais e nacionais para a adequação a critérios externos de avaliação. A adoção desses referenciais não ocorre de forma neutra, mas implica escolhas políticas e epistêmicas que redefinem prioridades acadêmicas, agendas de pesquisa e formas de organização institucional. Como resultado, universidades situadas em contextos periféricos passam a alinhar suas estratégias a padrões globais de excelência que nem sempre dialogam com suas funções públicas locais, reforçando uma lógica de homogeneização institucional e de hierarquização do conhecimento.

Paralelamente ao projeto de uma educação “pública igual para todos” — que na prática impõe uma cultura dominante e leva à exclusão dos grupos marginalizados (Leite et al., 2019) —, os rankings universitários internacionais criam um sistema que beneficia desproporcionalmente instituições com maior acesso a recursos e que se conformam a um modelo predominantemente eurocêntrico. A meritocracia, como explicitado no tópico precedente, serve, neste cenário, para justificar a desigualdade de oportunidades, ocultando os privilégios estruturais que favorecem algumas instituições em detrimento de outras (Leite et al., 2019).

Ademais, essa imposição de um padrão eurocêntrico, que desconsidera as realidades e as especificidades dos contextos nacionais, configura uma forma de “dominação epistêmica”, invisibilizando outras formas de conhecimento e produção intelectual (Oliveira; Lucini, 2021). A pressão para se adequar a esses padrões desvia recursos do ensino e do apoio estudantil para pesquisas voltadas para a melhoria das classificações, reforçando um ciclo de desigualdade que se perpetua ao longo dos anos, afetando, portanto, a qualidade do ensino e a equidade na educação (Scimago Institutions Rankings, *op.cit.*, 2019).

O potencial para desafios legais, nesse contexto, é significativo. A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) garante a igualdade e a não discriminação (art. 5º, *caput*; art. 14), criando uma estrutura jurídica na qual os efeitos discriminatórios dos rankings universitários podem ser contestados. Dessa forma, é evidente que a distribuição desigual de recursos e oportunidades, resultante de metodologias de classificação tendenciosas pode ser fundamento para ações judiciais, o que exige uma maior transparência e responsabilidade das organizações de classificação. Assim, busca-se promover um sistema mais equitativo de avaliação da educação superior.

Existe, portanto, uma falha fundamental no paradigma atual dos rankings universitários internacionais: sua incapacidade inerente de conciliar a busca por medições objetivas com a necessidade de garantir um tratamento equitativo entre as diversas instituições. As metodologias empregadas, embora aparentemente neutras, desfavorecem sistematicamente certos tipos de instituições e regiões geográficas, criando desigualdades que suscitam várias preocupações éticas e legais. Essas, por sua vez, necessitam de uma abordagem multifacetada que inclua tanto a reforma metodológica, quanto uma avaliação mais ampla da finalidade e estrutura dos sistemas de classificação universitária, para assim, reverter o panorama atual.

4 REPENSANDO OS RANKINGS: RUMOS A UM SISTEMA DECOLONIAL

A análise crítica dos rankings universitários exige uma perspectiva que vá além da mera identificação de limitações metodológicas; ela demanda o enfrentamento das estruturas de poder colonial que permeiam o sistema global de educação superior. Nesse sentido, o pensamento decolonial, ao problematizar as hierarquias de poder e de conhecimento forjadas no contexto da experiência colonial, oferece um arcabouço teórico fundamental para a compreensão das assimetrias estruturais evidenciadas por esses instrumentos avaliativos (Oliveira; Lucini, 2021).

Segundo Quijano (2014), a hegemonia de um paradigma eurocêntrico de conhecimento, enraizado na colonialidade do saber, marginaliza outras formas de produção do conhecimento e contribui para a perpetuação de assimetrias estruturais. Boaventura de Sousa Santos (2010) aprofunda essa análise ao formular o conceito de “pensamento abissal”, que descreve a lógica por meio da qual a epistemologia dominante estabelece uma divisão entre conhecimentos considerados legítimos — associados ao mundo ocidental — e aqueles sistematicamente tornados invisíveis ou desqualificados.

Com base nesses referenciais, pode-se sustentar que essa linha divisória não opera apenas no plano geográfico, mas também no plano epistemológico, ao instituir uma visão particular como universal e relegar outros sistemas de conhecimento ao estatuto de “crenças”, “opiniões” ou meras “matérias-primas” para a investigação científica. Nessa perspectiva, a transição para um pensamento pós-abissal, entendido como o reconhecimento da pluralidade epistemológica, mostra-se condição necessária para a construção de sistemas de avaliação mais equitativos (Oliveira; Lucini, 2021).

A partir dessa constatação, argumenta-se que a diversificação dos critérios e métricas de avaliação constitui um passo essencial para a formulação de rankings mais inclusivos e menos excludentes. Ao privilegiarem padrões eurocêntricos, os rankings universitários internacionais tendem a reproduzir essa lógica abissal, invisibilizando as contribuições de instituições e regiões historicamente marginalizadas (Santos, 2010). Assim, a construção de uma epistemologia decolonial, sensível à diversidade de contextos e perspectivas, revela-se central para a superação dessas limitações e para a promoção de processos avaliativos mais justos (Leite et al., 2019).

Considerando esse panorama, conforme observam Oliveira e Lucini (Oliveira; Lucini, 2021, p. 9–10), o predomínio de um modelo europeu de produção do conhecimento contribui

para a consolidação de um padrão educacional homogeneizado. Neste artigo, sustenta-se que tal homogeneização se manifesta, entre outros aspectos, na dependência excessiva de indicadores facilmente quantificáveis — como produção científica e número de citações —, o que reforça a necessidade de abordagens avaliativas mais abrangentes, capazes de refletir a natureza multifacetada da qualidade acadêmica e do impacto institucional

Por conseguinte, esses indicadores podem incluir, entre outros, a qualidade do ensino (medida por meio de *feedback* de alunos, avaliações de professores e avaliações de resultados de aprendizagem), serviços de apoio estudantil, iniciativas de engajamento comunitário, contribuições para metas de desenvolvimento nacional e práticas de sustentabilidade ambiental. Além disso, a integração de dados qualitativos, tais como: narrativas, estudos de caso e pesquisas etnográficas, podem enriquecer o processo de avaliação e superar as limitações de classificações puramente numéricas. Isso permitiria uma mudança de foco, de uma abordagem redutora e quantitativa para uma compreensão mais holística das diversas formas como as instituições contribuem para a sociedade e promovem o conhecimento.

Ademais, uma mudança para uma avaliação contextualizada é fundamental. Reconhecendo os recursos e as circunstâncias amplamente diferentes das instituições em todo o mundo, a estrutura de avaliação deve se adaptar a essas realidades. Nesse sentido, uma abordagem única para todos ignora o impacto significativo de fatores socioeconômicos, desigualdades históricas e os desafios específicos enfrentados por instituições em contextos diversos. Ainda, o desenvolvimento de metodologias sensíveis ao contexto exige o reconhecimento das limitações impostas por fatores como níveis de financiamento, disponibilidade de infraestrutura e o contexto sociopolítico em que as instituições atuam. Essa compreensão contextual pode envolver a criação de estruturas de avaliação adaptadas a regiões específicas ou a adoção de uma abordagem comparativa que reconheça e leve em consideração os contextos únicos de diferentes instituições, em vez de impor um padrão uniforme, potencialmente eurocêntrico, de excelência.

Outrossim, frisa-se que a transparência e a prestação de contas devem ser o cerne de qualquer sistema de classificação reformado. A falta atual de transparência nas metodologias e nos esquemas de ponderação gera suspeitas e prejudica a credibilidade das classificações. Para uma maior transparência nos processos de avaliação dos rankings de educação internacionais, exige-se acesso aberto a dados, explicações detalhadas dos esquemas de ponderação e revisão rigorosa por pares das metodologias empregadas. Essa maior prestação de contas não só aumentaria a credibilidade das classificações, mas também reduziria o

potencial para manipulação pelo desenho avaliativo adotado. A natureza opaca de muitos processos de classificação fomenta um ambiente em que o desenho avaliativo adotado pode facilmente passar despercebido e não tratado, exacerbando ainda mais as questões de desigualdade e de discriminação.

Além disso, o fortalecimento de mecanismos nacionais e regionais de avaliação constitui uma estratégia central para a construção de critérios mais sensíveis às especificidades institucionais e aos contextos socioeconômicos em que as universidades estão inseridas. Ao incorporar parâmetros alinhados às prioridades locais, tais sistemas ampliam a capacidade de interpretação do desempenho institucional e contribuem para a pluralização do debate internacional sobre metodologias avaliativas. Ainda que enraizadas em realidades específicas, essas iniciativas devem manter interlocução com espaços transnacionais, de modo a tensionar e reorientar padrões globais que frequentemente desconsideram assimetrias estruturais.

Do ponto de vista jurídico, a superação dos efeitos excludentes associados aos rankings demanda uma atuação estratégica fundada nos marcos normativos de direitos humanos. Embora inexistam instrumentos jurídicos internacionais vinculantes que regulem diretamente os sistemas de classificação universitária, tratados e convenções multilaterais ratificados pelos Estados — amplamente promovidos no âmbito de organizações como a Organização das Nações Unidas — estabelecem obrigações relativas à igualdade e à não discriminação. Uma vez incorporadas ao direito interno, tais normas podem sustentar iniciativas judiciais e legislativas voltadas à contenção de práticas avaliativas que produzem discriminações indiretas.

Nesse horizonte, a formulação de ações coletivas em defesa de instituições estruturalmente desfavorecidas, bem como a consolidação de entendimentos jurisprudenciais que atribuam responsabilidade às entidades produtoras de rankings, configuram caminhos juridicamente plausíveis. Em conjunto, essas estratégias reforçam a possibilidade de transformar princípios de igualdade e não discriminação em garantias efetivas no cenário global da educação superior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise precedente revela que o paradigma atual dos rankings universitários internacionais, embora apresentado como medidas objetivas de qualidade institucional,

demonstra falhas significativas na manutenção dos princípios fundamentais de igualdade e de não discriminação.

Essas limitações não decorrem apenas de imperfeições técnicas isoladas, mas estão associadas a escolhas metodológicas e epistemológicas que orientam o próprio desenho dos rankings. Ao privilegiar determinados critérios de avaliação e modelos institucionais, tais sistemas passam a funcionar como mecanismos normativos implícitos, capazes de definir o que conta como excelência acadêmica e quais formas de produção de conhecimento são legitimadas. Como consequência, os rankings deixam de apenas refletir diferenças institucionais preexistentes e passam a estruturar o campo da educação superior de maneira hierarquizada e assimétrica.

Nesse contexto, a centralidade atribuída aos indicadores facilmente mensuráveis, combinada a fatores geográficos, linguísticos e à dinâmica cumulativa do próprio sistema classificatório, contribui para a reprodução de desigualdades estruturais. Instituições localizadas em países em desenvolvimento, universidades com menor orientação à pesquisa intensiva e aquelas situadas fora do eixo acadêmico anglo-americano tendem a ser sistematicamente desfavorecidas, não em razão de déficits intrínsecos de qualidade, mas em função de parâmetros avaliativos que refletem padrões institucionais específicos e historicamente situados.

Por sua vez, as desigualdades anteriormente identificadas materializam-se em um acesso assimétrico a recursos, oportunidades acadêmicas e reconhecimento institucional, o que pode tensionar — e, em determinados contextos, comprometer — os marcos jurídicos nacionais e internacionais voltados à proteção da igualdade e do direito à educação. Sob essa perspectiva, sustenta-se que a desigualdade global associada aos rankings universitários não constitui um efeito colateral involuntário, mas resulta diretamente de suas escolhas estruturais e operacionais. O que está em jogo, portanto, é a garantia de um acesso equitativo à educação superior de qualidade, livre de discriminações e hierarquizações excludentes.

Além disso, os critérios que orientam os sistemas globais de classificação universitária não podem ser compreendidos apenas como limitações técnicas. Eles expressam um problema epistemológico mais profundo, relacionado à centralidade conferida a métricas quantificáveis e a uma concepção predominantemente eurocêntrica de conhecimento. Tal configuração contribui para a reprodução de uma lógica epistêmica dominante, ao marginalizar epistemologias alternativas e reforçar relações assimétricas de poder no campo acadêmico. Nesse sentido, uma abordagem decolonial revela-se fundamental não apenas para o

aprimoramento metodológico dos rankings, mas para a reavaliação de suas finalidades, pressupostos e impactos no sistema global de educação superior.

A construção de sistemas de avaliação mais justos e equitativos demanda, portanto, uma inflexão paradigmática no modo como a qualidade acadêmica é concebida e mensurada. Reformas pontuais ou ajustes técnicos mostram-se insuficientes diante de estruturas avaliativas que operam como mecanismos de hierarquização e exclusão. O desafio central consiste em repensar os próprios fundamentos que orientam a avaliação da educação superior, de modo a reconhecer sua complexidade, diversidade institucional e inserção social.

Nesse horizonte, a legitimidade dos processos avaliativos passa a depender não apenas da sofisticação metodológica, mas de seu compromisso com a transparência, a responsabilidade pública e a valorização de contextos historicamente marginalizados. Ao mesmo tempo, a incorporação de instrumentos jurídicos revela-se indispensável para enfrentar os efeitos discriminatórios produzidos pelos rankings, assegurando que os princípios da igualdade e da não discriminação não permaneçam no plano retórico, mas se traduzam em garantias efetivas.

Em última instância, repensar os sistemas de classificação universitária significa escolher entre a reprodução de um modelo de excelência excludente e a construção de uma educação superior comprometida com justiça, pluralidade e responsabilidade social. É nesse ponto que a avaliação deixa de ser um fim em si mesma e passa a constituir um instrumento de transformação.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. In: ORTIZ, Renato (org.). Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 39).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 29 jan. 2025.

FAUZI, M. A.; TAN, C. N-L.; DAUD, M.; AWALLUDIN, M. M. N. **University rankings: A review of methodological flaws**. Issues in Educational Research, v. 30, n. 1, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Muhammad-Fauzi-14/publication/339127443_University_rankings_A_review_of_methodological_flaws/links/5e3eb615458515072d8a5206/University-rankings-A-review-of-methodological-flaws.pdf. Acesso em: 29 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

JÖNS, Heike; HOYLER, Michael. **Global geographies of higher education: The perspective of world university rankings**. Geoforum, v. 46, p. 45-59, maio 2013. DOI: 10.1016/j.geoforum.2012.12.014.

LEITE, L. H. A.; RAMALHO, B. B. M.; CARVALHO, P. F. L. de. **A educação como prática de liberdade: Uma perspectiva decolonial sobre a escola**. Educação em Revista, v. 35, e214079, 2019. DOI: 10.1590/0102-4698214079.

MASSUCCI, Francesco Alessandro; DOCAMPO, Domingo. **Measuring the academic reputation through citation networks via PageRank**: arXiv, 7 jan. 2019. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1803.09104>. Acesso em: 4 de abril de 2026.

OLIVEIRA, E. S.; LUCINI, M. **O pensamento decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência**. Boletim Historiar: Grupo de Estudos Tempo Presente, v. 8, n. 1, p. 97-115, jan./mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**: ONU, 1945. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Nações%20Unidas.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana contra Todas as Formas de Discriminação e Intolerância**: OEA, 2013. Disponível em: https://www.oas.org/en/sla/dil/docs/inter-american-treaties_A-69_Convencao_Interamericana_discriminacao_intolerancia_POR.pdf. Acesso em: 29 jan. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: PALERMO, Z.; QUINTERO, P. (orgs.). Aníbal Quijano: **textos de fundación**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2014. p. 60-70.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAUDER, Michael; LANCASTER, Randal. **Do Rankings Matter? The Effects of U.S. News & World Report Rankings on the Admissions Process of Law Schools**. Law & Society Review, v. 40, n. 1, p. 105-134, 2006. DOI: 10.1111/j.1540-5893.2006.00261.x.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. **Análise do desempenho das principais universidades que participam no World University Rankings - Times Higher Education (THE)**. Avaliação (Campinas), v. 28, 2023. DOI: 10.1590/S1414-40772023000100026.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. **Perfil das universidades brasileiras de e com potencial de classe mundial**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 23, n. 1, jan./abr. 2018. DOI: 10.1590/S1414-40772018000100006.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. **Rankings acadêmicos e universidades de classe mundial: relações, desdobramentos e tendências.** Educação & Sociedade, v. 39, n. 145, out./dez. 2018. DOI: 10.1590/ES0101-73302018193956.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. **Rankings universitários internacionais: evidências de vieses geográficos e orçamentários para instituições brasileiras.** Avaliação (Campinas), v. 24, n. 3, set./nov. 2019. DOI: 10.1590/S1414-40772019000300005.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. **Uso de indicadores para diagnóstico situacional de instituições de ensino superior.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 26, n. 100, jul./set. 2018. DOI: 10.1590/S0104-40362018002601062.

SELTEN, Friso; NEYLON, Cameron; HUANG, Chun-Kai; GROTH, Paul. **A Longitudinal Analysis of University Rankings:** arXiv, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1908.10632>. Acesso em: 4 de abril de 2026.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial. Entrejendo caminos. In: WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir, y (re)vivir.** Tomo I. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.